
***Goldman Sachs do
Brasil Banco
Múltiplo S.A.***
***Demonstrações financeiras
individuais em
30 de junho de 2023
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil
Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

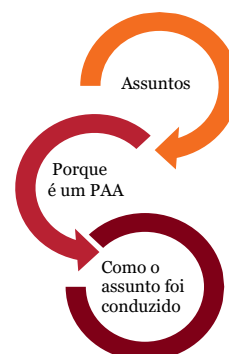
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Goldman Sachs do Brasil
Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Notas 3(c) e 8(d))

O Banco atua de forma significativa no mercado de derivativos, tais operações são mensuradas ao valor justo, para as quais os preços, indexadores e parâmetros são observáveis no mercado, com a utilização de modelos internos de precificação.

Mantivemos essa uma área de foco de auditoria devido ao uso de modelos internos de mensuração do valor justo que poderiam produzir variações no valor justo diferentes daquelas estimadas pela administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados no processo de mensuração a valor justo dos instrumentos derivativos.

Nossos procedimentos também consideraram a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas, verificação de dados das operações com a posição de custódia e, em base amostral, a verificação dos contratos para obter o conforto sobre a acuracidade dos dados das operações considerados no cálculo do valor justo.

Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros. Reperformamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com as melhores práticas de mercado e analisamos a consistência das metodologias e premissas com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Goldman Sachs do Brasil
Banco Múltiplo S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Goldman Sachs do Brasil
Banco Múltiplo S.A.


Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2023

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar , 17º
andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

Índice

Relatório da Administração.....	03
Balanço Patrimonial (ativo).....	08
Balanço Patrimonial (passivo e patrimônio líquido).....	08
Demonstrações de Resultado.....	09
Demonstrações de Resultado Abrangente.....	10
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	12
Notas Explicativas da Administração.....	13
Relatório dos Auditores Independentes.....	44
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**APRESENTAÇÃO**

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

CONTEXTO ECONÔMICO

A atividade econômica tem sido notavelmente resiliente. No entanto, as perspectivas para o cenário macroeconômico para o Brasil em 2023-2024 permanecem desafiadoras. A inflação tem desacelerado, impulsionada tanto por componentes do núcleo, quanto por componentes fora do núcleo de inflação. Porém, ela deve permanecer acima da meta ao longo de 2023, com convergência para o centro da meta apenas em 2024. A taxa SELIC está atualmente em um nível restritivo, aos 13,25% a.a., tendo sido o mês de agosto de 2023 o ponto de inflexão da política monetária, com o primeiro corte da taxa de juros. Espera-se que a orientação da política monetária permaneça em território restritivo ao longo de 2023-2024. As vulnerabilidades fiscais de médio prazo permanecem no centro da agenda política doméstica e das preocupações dos investidores. A dinâmica fiscal – saldo primário e dívida pública – melhorou em 2021-22, no entanto, devido em sua maior parte a fatores cíclicos, ao invés de fatores estruturais. Esperamos que a dinâmica fiscal e da dívida pública se deteriore novamente em 2023. Nosso cenário base pressupõe um progresso limitado em relação às reformas estruturais e uma deterioração gradual do mix de políticas macro e micro.

Mudando para um nível de crescimento abaixo da tendência. No primeiro trimestre de 2023, o PIB se beneficiou da melhora do cenário do mercado de trabalho, forte recuperação dos setores de serviços afetados pela Covid, estímulo fiscal significativo e, no primeiro semestre de 2023, de uma safra recorde. No entanto, os retornos marginais decrescentes da reabertura econômica, as condições monetárias e financeiras restritivas, os altos níveis de endividamento das famílias, a incipiente recuperação do ciclo de crédito e o menor impulso do setor externo devem gerar ventos contrários à atividade econômica no segundo semestre de 2023. No geral, esperamos que o PIB cresça 2,6% em 2023 (contra 2,9% em 2022).

A inflação deve moderar, mas permanecer acima da meta. A dinâmica da inflação continua desafiadora, dadas as disseminadas pressões inflacionárias em um cenário de mercado de trabalho apertado, folga limitada na capacidade produtiva e expansão fiscal considerável em 2023. Além disso, a inflação pode se mostrar inercial/duradoura devido à intensificação dos antigos mecanismos de fixação de preços e salários (com reajuste de contratos salariais incorporando ajustes do custo de vida). A inflação medida pelo IPCA atingiu um pico de 11,9% acumulada em doze meses em Junho/2022, atenuando para 5,8% ao final daquele ano, e deve permanecer ainda em patamares acima da meta (em torno de 4,8% de acordo com pesquisa FOCUS de 11 de agosto de 2023) até o final de 2023. Em termos gerais, espera-se que 2023 seja um ano de transição para resultados de inflação mais moderados em 2024.

Condições monetárias continuam restritivas. Diante do desafiador cenário inflacionário atual e prospectivo, além das crescentes expectativas de inflação, o Copom elevou a taxa SELIC em 725 pontos-base em 2021 e adicionais 450 p.b. em 2022, desta maneira saindo de uma taxa de juros estimulativa e do menor nível histórico de 2,00% a.a. em Março de 2021 para um nível restritivo de 13,75% a.a. em Agosto de 2022. O Copom foi conservador, iniciando em Agosto de 2023 o início de cortes moderados na taxa de juros. Neste momento, projetamos uma taxa SELIC ainda restritiva de 12,00% a.a. ao final de 2023, e de 9,25% a.a. ao final de 2024.

Cenário fiscal frágil. O saldo fiscal primário e a dinâmica da dívida pública melhoraram em 2021-22. Isso aconteceu, em grande parte, pelo impacto combinado da alta inflação e dos preços das commodities, e a recuperação da atividade econômica após a forte contração relacionada à Covid. A melhora de 2021-22 encobre a fraqueza do quadro fiscal, agravada pela erosão das principais âncoras fiscais: o Teto de Gastos e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esperamos que o saldo fiscal primário consolidado do setor público piore para -1,2% do PIB em 2023 (de +1,3% de superávit em 2022) e a dívida pública bruta exceda 76% do PIB ao final de 2023 (partindo de 72,9% do PIB em 2022). Espera-se que o déficit fiscal nominal se deteriore mais do que o saldo primário devido aos crescentes custos com juros.

Saldo em conta corrente bem ancorado. A atual dinâmica da conta corrente é confortável devido a um superávit comercial sólido, termos de trocas favoráveis, uma taxa de câmbio competitiva e demanda doméstica fraca. Esperamos que o déficit em conta corrente diminua ligeiramente de 3,0% do PIB (US\$ -57bi) em 2022 para 2,0% do PIB (US\$ -43bi) em 2023, montantes facilmente cobertos pelo fluxo de Investimentos Diretos no País (IDP, também conhecidos como Investimentos Estrangeiros Diretos). O principal risco para o balanço de pagamentos reside na conta de capital, onde os riscos fiscal e político podem prejudicar os fluxos de capital.

O quadro fiscal frágil precisa ser consertado. O elevado nível da dívida pública e a erosão das âncoras fiscais deixam o quadro fiscal e a economia como um todo vulneráveis a choques adversos internos e externos. Colocar a dinâmica da dívida pública em uma tendência estrutural e sustentada de declínio, e construir amortecedores fiscais continuam sendo os principais desafios macroeconômicos enfrentados pelos formuladores de políticas econômicas nos próximos anos. Um ajuste fiscal profundo que eleve a poupança do setor público é necessário para facilitar um ajuste estrutural permanente em conta corrente (em vez de um ajuste cíclico impulsionado pela demanda doméstica fraca e preços elevados das commodities) e para permitir que o Banco Central tenha maior espaço/folga na calibração da política monetária.

Riscos políticos. Esperamos que o governo Lula siga uma estratégia de mais impostos e gastos, dada a profunda convicção de que o setor público e as empresas estatais devem ser os principais motores do crescimento e do investimento. Essa estratégia pode levar a um maior crescimento do consumo no curto prazo, mas também a uma alta inflação e a maiores déficits fiscais e em conta corrente. No médio prazo, essa estratégia de mais impostos e gastos implicaria maiores prêmios de risco fiscal (maior dívida) e menor crescimento potencial. O governo Lula terá a tarefa de abordar questões macroeconômicas complexas (posição fiscal vulnerável, baixo potencial de crescimento real do PIB, economia fechada e improdutiva) e de lidar adequadamente com antigos e novos desafios políticos e sociais. Do lado positivo, o novo presidente enfrentará um cenário macro caracterizado por um quadro de metas de inflação crível, um superávit comercial considerável, sólidos fluxos de investimento direto, um alto estoque de reservas internacionais, uma dívida externa baixa, um perfil de serviço da dívida externa pouco exigente, uma taxa de câmbio competitiva, um sistema financeiro sólido, e mercado de capitais desenvolvido.

O alto nível das taxas de juros locais e as sólidas contas externas (superávit comercial recorde) devem fornecer suporte para a não deterioração da moeda.

DESTAQUES

- **Resultado do Semestre**

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o Banco registrou Lucro Líquido (em milhares de reais) de R\$ 26.965 (2022 - R\$ 108.638), correspondente a R\$ 0,01 (2022 - R\$ \$ 0,05) por ação e Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 1,9% (2022 – 8,7%).

- **Resultado Extraordinário no Semestre**

Na data-base de 30 de dezembro de 2022, último dia útil do exercício fiscal de 2022, o Banco apresentava uma posição líquida passiva (short), e hedgeada quase na sua totalidade, em ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, no montante de US\$ 2.529.498 mil.

Em conformidade com as normas contábeis aplicadas às Instituições financeiras, a conversão de transações denominadas em moedas estrangeiras para a moeda nacional deve ser efetuada utilizando-se a taxa PTAX divulgada pelo BACEN, enquanto os demais instrumentos financeiros são convertidos pela taxa Spot interna utilizada para apuração dos seus devidos valores de mercado.

Em função do descasamento entre as taxas Spot vs. PTAX na contabilidade (Spot interna da Goldman Sachs: 5,28853 e PTAX: 5,2177), no último dia útil do exercício fiscal de 2022, o Banco auferiu resultado positivo em função do descasamento de variação cambial, no valor de R\$ 179.164 mil, antes da tributação sobre o lucro e participações.

Como o resultado é temporário, a sua reversão, despesa no montante de R\$179.164 mil, foi registrada na liquidação das operações denominadas em dólar, ou seja, em janeiro de 2023.

Distorções dessa natureza ocorrem todos os meses. Contudo, devido ao tamanho da exposição no final do exercício de 2022, o impacto foi significativamente maior do que em outros períodos.

A partir da data base 01 de janeiro de 2023, o Banco adotou a faculdade prevista no Artigo 5º da Resolução CMN nº 4.924/21 que permite a utilização de taxa de câmbio à vista (“SPOT B3”) diferente da informada pelo Banco Central do Brasil (“PTAX”) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, uma vez que a utilização atende as finalidades definidas na norma e cumpre as demais exigências que foram determinadas pelo Regulador.

- **Mercado de Capitais**

O primeiro semestre de 2023 ainda foi bastante desafiador para os mercados de capitais local e internacional, marcado por uma redução significativa no volume de transações ante o ano anterior em função da incerteza causada por fatores macroeconômicos globais e consequente menor propensão à tomada de risco por parte de investidores.

Do ponto de vista macro global, pressões inflacionárias persistentes intensificaram o ritmo de aperto monetário pelos bancos centrais nos países desenvolvidos. Em meio a esse quadro de taxas de juros ainda mais elevadas, somou-se ainda o colapso de grandes instituições financeiras nos Estados Unidos e na Europa. O estresse bancário, associado à expectativa de ciclo monetário restritivo mais agudo e mais longo que originalmente esperado, impactaram a confiança dos mercados.

Localmente, eventos sequenciais de inadimplemento de grandes empresas brasileiras no primeiro trimestre gerou uma drástica redução no apetite a risco, impactando negativamente as condições de crédito corporativo no mercado doméstico e consequentemente o número de emissões. No primeiro semestre de 2023, o volume de emissões no mercado de capitais local foi 35% menor do que o levantado no mesmo período de 2022, mesmo com o aumento da atividade no mês de junho, que representou o maior volume mensal de ofertas do ano.

Apesar desse cenário adverso, o Goldman Sachs assessorou companhias a executarem, com sucesso, transações locais e internacionais que somaram aproximadamente R\$11 bilhões em volume, incluindo ofertas de ações e títulos de dívida no mercado estrangeiro.

Para o segundo semestre de 2023, espera-se uma retomada gradual e crescente da atividade no mercado de capitais local e internacional em função da melhora das expectativas com redução do risco de recessão global, estabilização dos impactos da crise bancária e fim das políticas de aperto monetário pelos bancos centrais. Sob a ótica local, apesar da melhora recente na dinâmica de mercado de renda fixa e renda variável e dos avanços obtidos com o novo arcabouço fiscal, ainda persistem desafios relacionados à implementação das medidas estipuladas pela norma e à trajetória da dívida pública, o que ainda pode gerar instabilidade e afetar o grau de confiança nos mercados.

- **Limite de Basileia - Patrimônio de Referência**

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Goldman Sachs (“Conglomerado”), formado pelo Banco, líder do Conglomerado, e pela Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., de acordo com as diretrizes do BACEN.

O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos.

Em 30 de junho de 2023, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, foi de 18,29% (dezembro 2022 – 17,72%), sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

GOVERNANÇA CORPORATIVA - COMITÊ DE AUDITORIA

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 4.910, de 27 de maio de 2022, informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado (“Comitê”), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 09 de março de 2016.

Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

GESTÃO DE RISCOS

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.557/17, nº 4.943/21 e nº 4.945/21, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gerenciamento de riscos e de capital, bem como de risco socioambiental.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas nas políticas globais relacionadas as questões sociais, ambientais e climáticas, e com base nos critérios estabelecidos na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Goldman Sachs Brasil, disponível publicamente no endereço eletrônico <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>.

O Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

CANAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO E CANAL DE DENÚNCIAS

- **CANAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO**

Está em funcionamento o Canal de Atendimento ao Público ("Canal"), não estatutário, subordinado ao departamento de Compliance do Brasil. Trata-se de um canal público de comunicação com o Conglomerado que substituiu o Canal de Ouvidoria. O Canal está disponível ao público de segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h por meio do toll-free 0800 727 5764 e/ou do e-mail contatogoldmanbrasil@gs.com.

- **CANAL DE DENÚNCIAS**

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859, de 23 de outubro de 2020, o Conglomerado designou o Departamento de Compliance do Brasil, como o órgão responsável pelo canal de comunicação por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclaimer/canal-de-denuncia.html>.



ENDEREÇO ELETRÔNICO

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Canal de Comunicação com o Público Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou contatogoldmanbrasil@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.

São Paulo, 28 de agosto de 2023

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em R\$ mil

Ativo	Notas	Junho 2023	Dezembro 2022
Disponibilidades		5.064	8.315
Instrumentos financeiros		33.601.268	32.474.250
Aplicações em operações compromissadas	8 a)	1.675.985	2.777.968
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8 b)	257.769	421.826
Títulos e valores mobiliários	8 c)	14.857.134	8.697.834
Instrumentos financeiros derivativos	8 d)	12.969.059	19.157.964
Operações de crédito	8 e)	302.137	311.595
Outros créditos com característica de concessão de crédito	8 f)	133.855	-
Outros instrumentos financeiros - câmbio	8 g)	3.405.329	1.107.063
Provisão para perdas esperadas		(142.919)	(9.064)
Operações de crédito	8 e)	(9.064)	(9.064)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	8 f)	(133.855)	—
Ativos fiscais correntes e diferidos		893.987	844.993
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14 b)	855.475	806.560
Impostos e contribuições a compensar		38.512	38.433
Outros ativos	11	171.616	765.412
Investimentos em participações em controladas	9	519.001	480.407
Imobilizado de uso	10	100.796	98.237
(-) Depreciações acumuladas	10	(78.430)	(75.231)
Total do ativo		35.070.383	34.587.319
Passivo e Patrimônio líquido		Junho 2023	Dezembro 2022
Depósitos e demais instrumentos financeiros		30.384.271	29.602.088
Depósitos de clientes e instituições financeiras	12 a)	5.923.231	4.504.147
Obrigações por empréstimos	12 b)	5.998.029	12.876.838
Obrigações por operações compromissadas	12 c)	516.249	217.760
Certificados de operações estruturadas	12 d)	260.676	226.430
Instrumentos financeiros derivativos	8 d)	14.293.290	10.671.425
Outros instrumentos financeiros - câmbio	8 g)	3.392.796	1.105.488
Provisões para contingências		1.205	1.157
Obrigações fiscais		1.094.679	1.146.363
Impostos de renda e contribuição social - Corrente		151.624	97.765
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14 b)	919.324	1.015.487
Outras obrigações fiscais	14 c)	23.731	33.111
Outros passivos	13	708.822	990.600
Patrimônio líquido		2.881.406	2.847.111
Capital social	15 a)	2.805.788	2.529.788
Reservas de lucros	15 c)	51.048	325.700
Outros resultados abrangentes		(1.047)	(8.377)
Lucros acumulados		25.617	—
Total do passivo e patrimônio líquido		35.070.383	34.587.319

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 - Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	Notas	Junho 2023	Junho 2022
Receitas de intermediação financeira		586.680	890.349
Receita de juros e similares		830.195	440.201
Operações de crédito	8 e)	24.956	1.378
Aplicações interfinanceiras de liquidez		169.149	101.760
Aplicações em depósitos interfinanceiros		25.501	15.201
Títulos e valores mobiliários		608.743	319.801
Aplicações em moedas estrangeiras		1.846	2.061
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros		(243.515)	450.148
Títulos e valores mobiliários		270.436	44.462
Instrumentos financeiros derivativos	8 d)	(513.424)	378.047
Empréstimo de ações	8 e)	(527)	27.639
Despesas de intermediação financeira		(327.311)	(728.706)
Despesas de juros e similares		(646.555)	(282.318)
Depósitos de clientes e instituições financeiras		(337.412)	(219.256)
Obrigações por empréstimos		(275.407)	(11.575)
Obrigações por operações compromissadas		(26.050)	(46.308)
Certificados de operações estruturadas	12 d)	(7.686)	(5.179)
Ganhos/(perdas) líquidas com variação cambial		319.244	(446.388)
Outros instrumentos financeiros ativos e passivos		319.244	(446.388)
Provisão para perdas esperadas		(133.855)	(9.035)
Provisão para operações de crédito	8 e)	—	(9.035)
Provisão para outros créditos com característica de concessão	8 f)	(133.855)	—
Resultado bruto de intermediação financeira		125.514	152.608
Outras receitas e (despesas) operacionais		(57.511)	30.246
Receitas de prestação de serviços	18 c)	222.050	350.831
Benefícios a empregados	18 d)	(173.655)	(203.190)
Despesas de remuneração da Diretoria	18 d)	(20.493)	(24.801)
Outras despesas administrativas	18 e)	(83.064)	(76.620)
Despesas tributárias	18 f)	(37.288)	(42.068)
Resultado de participação em controlada	9	37.591	28.546
Constituição de provisões para contingências	18 a)	(48)	(293)
Outras receitas/(despesas) operacionais	18 g)	(2.604)	(2.159)
Resultado operacional		68.003	182.854
Resultado não operacional	18 h)	1.471	1.134
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		69.474	183.988
Imposto de renda e contribuição social		(40.505)	(75.350)
Imposto de renda e contribuição social corrente	14 a)	(190.803)	(159.233)
Imposto de renda e contribuição social diferido		150.298	83.883
Participações estatutárias no lucro		(2.004)	—
Lucro líquido do semestre		26.965	108.638
Lucro líquido do semestre por ação (em reais)		0,01	0,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
Em R\$ mil

	<u>Nota</u>	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Lucro líquido do semestre		26.965	108.638
Outros resultados abrangentes		7.330	23.372
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		6.327	20.565
Ajuste de marcação a mercado sobre pagamento baseado em ações, líquido do efeito fiscal	17 b)	5.650	16.336
Ajuste de avaliação patrimonial líquida do efeito fiscal		677	4.229
Outros resultados abrangentes avaliados pelo método da equivalência patrimonial		1.003	2.807
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		1.003	2.412
Ajuste de marcação a mercado sobre pagamento baseado em ações na controlada, líquido do efeito fiscal	17 b)	1.003	2.412
Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado		—	395
Ajuste de avaliação atuarial - Plano de benefícios definidos na controlada, líquido do efeito fiscal		—	395
Resultado abrangente do semestre		34.295	132.010

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar , 17º andar e
18º andar, CEP: 04542-000

CNPJ 04.332.281/0001-30

Goldman
Sachs

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 - Em R\$ mil

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.528.096	651.000	33.213	13.389	158.384	(21.054)	—	2.363.028
Aumento de capital – Homologado	651.000	(651.000)	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital – Em fase de homologação	—	204.986	(33.213)	(13.389)	(158.384)	—	—	—
Ajuste de avaliação patrimonial - plano baseado em ações	—	—	—	—	—	18.748	—	18.748
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	—	—	—	—	—	4.229	—	4.229
Remensuração do plano de benefícios definidos	—	—	—	—	—	395	—	395
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	—	—	108.638	108.638
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	—	—	—	5.432	—	—	(5.432)	—
Saldos em 30 de junho de 2022	2.179.096	204.986	—	5.432	—	2.318	103.206	2.495.038
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.474.538	55.250	—	24.696	301.004	(8.377)	—	2.847.111
Aumento de capital – Homologado	331.250	(55.250)	—	—	(276.000)	—	—	—
Ajuste de avaliação patrimonial - plano baseado em ações	—	—	—	—	—	6.653	—	6.653
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	—	—	—	—	—	677	—	677
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	—	—	26.965	26.965
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	—	—	—	1.348	—	—	(1.348)	—
Saldos em 30 de junho de 2023	2.805.788	—	—	26.044	25.004	(1.047)	25.617	2.881.406

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
 Em R\$ mil

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	(36.255)	215.937
Lucro líquido do semestre	26.965	108.638
Ajustes ao lucro líquido	(63.220)	107.299
Resultado de participação em controlada	(37.591)	(28.546)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(8.131)	214.486
Constituição de provisões para contingências	48	293
Outras receitas/despesas operacionais	(6.306)	(9.546)
Depreciações e amortizações	3.199	5.460
Provisão para perdas esperadas	133.855	9.035
Participações no lucro	2.004	—
Ativos e passivos fiscais diferidos	(150.298)	(83.883)
Variações de ativos e obrigações	(1.064.801)	871.300
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros	(1.035.179)	1.081.830
Redução em ativos fiscais e obrigações fiscais correntes	196.314	176.815
Redução em outros ativos	332.392	177.605
Redução em outros passivos	(277.454)	(396.827)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(136.944)	(94.989)
Juros recebidos	370.458	219.424
Juros pagos	(514.388)	(292.558)
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades operacionais	(1.101.056)	1.087.237
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(2.559)	(14.036)
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(2.559)	(14.036)
Atividades de financiamento		
Juros sobre o capital próprio pagos	(9.750)	(15.000)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	(9.750)	(15.000)
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1.113.365)	1.058.201
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	2.786.283	1.759.764
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	8.131	(214.486)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	1.681.049	2.603.479
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1.113.365)	1.058.201

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTA EXPLICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 30 DE JUNHO DE 2022 - Em R\$ mil**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar como banco múltiplo com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio.

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs (“Grupo”), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008, o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008, o Banco Central do Brasil (“BACEN”) autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs (“Conglomerado”).

Em 28 de agosto de 2023, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN e alterações posteriores:

- a. CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- b. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- c. CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- d. CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- e. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- f. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- g. CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- h. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- i. CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20.
- j. CPC 41 - Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- k. CPC 46 - Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/11.
- l. CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação de ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas a instituições financeiras. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas e divulgadas de acordo com os critérios gerais e procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20, que determinam, entre outros requisitos, a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

As demonstrações financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

1. Apresentação:

As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem segregação entre circulante e não circulante. As aberturas por prazo de realização e exigibilidade para os grupos de ativos e passivos relevantes estão apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme opção prevista no parágrafo único, do artigo 23 da Resolução BCB nº 2/20.

Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e as notas explicativas necessárias para o correto entendimento estão apresentadas de forma comparativa, quando relevantes para a compreensão do conjunto das demonstrações do período.

Balanço Patrimonial

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, no Balanço Patrimonial foram apresentados os saldos de todos os grupamentos contábeis relevantes para a correta compreensão da situação patrimonial do Banco, respeitando-se as informações mínimas exigidas pela norma. Dessa forma, as principais alterações introduzidas foram as seguintes:

a. No ativo:

- **Instrumentos financeiros:** composto por aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos, operações de crédito e operações de câmbio.
- **Ativos fiscais correntes e diferidos:** apresentado de forma segregada do grupo “Outros ativos” é composto por imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a compensar.

b. No passivo:

- **Depósitos e demais instrumentos financeiros:** composto por depósitos, obrigações por empréstimos, obrigações por operações compromissadas, instrumentos financeiros derivativos e operações de câmbio.
- **Obrigações fiscais correntes e diferidas:** apresentado de forma segregada do grupo “Outros passivos” e composto por imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e obrigações fiscais e previdenciárias.
- **Provisões:** apresentado de forma segregada do grupo “Outros passivos” é composto por passivos contingentes cuja probabilidade de liquidação tenha sido classificada como provável.

Demonstração do Resultado

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, na Demonstração do Resultado foram apresentados os saldos relativos a todos os grupamentos contábeis relevantes para a compreensão do desempenho do Banco no período, especificando, no mínimo, as seguintes informações: (i) principais receitas e despesas de intermediação financeira, (ii) resultado de intermediação financeira, (iii) outras receitas operacionais, (iv) principais despesas operacionais, (v) despesas de provisões, (vi) resultado operacional, (vii) principais itens de outras receitas e despesas, (viii) resultado antes dos tributos e participações, (ix) tributos e participações sobre o lucro, (x) resultado líquido, e (xi) resultado líquido por ação.

As receitas e despesas de intermediação financeira foram segregadas entre receitas e despesas de juros e similares, ganhos ou perdas líquidos de ativos e passivos financeiros e ganhos ou perdas líquidos com variação cambial.

Demonstração do Resultado Abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente é apresentada em sequência à Demonstração do Resultado. Na Demonstração do Resultado Abrangente estão apresentadas as seguintes informações: (i) resultado líquido do período, e (ii) outros resultados abrangentes do período, segregados entre itens que serão reclassificados para o resultado e itens que não serão reclassificados para o resultado.

As parcelas de outros resultados abrangentes atribuíveis ao Banco estão segregadas das parcelas referentes à participação em outros resultados abrangentes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

O valor do efeito tributário relativo a cada componente está divulgado na nota 14 (b).

2. Normas contábeis emitidas recentemente aplicáveis a exercícios futuros:

- I. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência das práticas contábeis aplicáveis as instituições financeiras e a norma internacional de instrumentos financeiro IFRS 9 (*International Financial Report Standard*).

Em março de 2023, em complemento à Resolução CMN nº 4.966, foi publicada a Resolução BCB nº 309 que conceitua: (i) fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, (ii) a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, (iii) a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e (iv) a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativa.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01/01/2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 2024, conforme requerido pelo art. 78 da Resolução CMN nº 4966/21.

- II. Em dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Administração concluiu que não haverá impacto da aplicação desta normativa.
- III. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

3. Outras considerações:

- I. Em junho de 2021 foi emitida a Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, que consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, do conteúdo da resolução. Quanto ao conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional.

A partir de 01 de janeiro de 2023 o Banco adotou a faculdade prevista no Artigo 5º da Resolução CMN nº 4.924/21 que permite a utilização de taxa de câmbio diferente da informada pelo Banco Central do Brasil para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, uma vez que a utilização atende as finalidades definidas na norma e cumpre as demais exigências que foram determinadas pelo Regulador. Conforme definido nessas regras mencionadas, o Banco decidiu pela utilização da taxa disponibilizada diariamente pela B3 em seu site.

Data	Posição líquida vendida		
	Denominada em US\$ 000	PTAX	SPOT B3
31-Dec-22	2.530.494	5.21770	5.29150
30-Jun-23	1.524.826	4.81920	4.79200

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros

• Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

• Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período; (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM"; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

• Instrumentos financeiros derivativos

Em conformidade com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de *swaps* e outros, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado.

d. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para perdas esperadas de crédito, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e. Saldos de operações em moeda estrangeira

As transações realizadas em moeda estrangeira devem ser reconhecidas, mensuradas e evidenciadas segundo a regulamentação específica aplicável, de acordo com a essência econômica e a natureza da transação. No reconhecimento inicial, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista da data da transação sobre o montante de moeda estrangeira e na data-base de cada balancete ou balanço, pela taxa de câmbio da respectiva data-base, na conversão de itens monetários e itens não monetários mensurados pelo valor justo.

Na conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, deve ser utilizada a taxa de câmbio à vista informada pelo BACEN, sendo facultada a utilização de taxa de câmbio à vista diferente da prevista no caput, desde que utilizada para eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em virtude da mensuração de itens patrimoniais ou de resultado em bases diferentes, ou oferecer informação mais confiável e relevante para o usuário da informação contábil.

A partir de 01 de janeiro de 2023 o Banco optou pela faculdade de utilizar a taxa alternativa divulgada pela B3, uma vez que a taxa atende a todos os requisitos estipulados na Resolução CMN nº 4.924/21 e Resolução BCB nº 120/21.

f. Investimentos em participações em controladas

O investimento em controlada, Corretora, está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

g. Imobilizado de uso e depreciações acumuladas

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens.

Demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil econômica do bem.

h. Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

i. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realizações futuras e/ou as provisões para perdas.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

j. Ativos e Obrigações fiscais correntes e diferidos

A Resolução CMN nº 4.842/20 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A Resolução BCB nº 15/20 consolidou os procedimentos para constituição ou baixa do ativo fiscal diferido, bem como a divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no semestre. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro tributável.

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 30 de junho de 2023, o Banco manteve registrado: (i) ativo fiscal diferido de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) ativo fiscal diferido relativo à CSLL com a alíquota nominal de 20%, calculados de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários.

A Medida Provisória (MP) nº 1.115/22 convertida em Lei nº 14.446 em 02 de setembro de 2022, alterou a alíquota da CSLL para os Bancos de 20% para 21%, para o período de 1º de agosto de 2022 até o dia 31 de dezembro de 2022, com o restabelecimento da alíquota de 20% a partir de 1º de janeiro de 2023.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

k. Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

i. Benefícios a empregados e Pagamento baseado em ações

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20.

Conforme a Resolução nº 4.877/20, que dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o semestre findo em 30 de junho de 2023.

Os funcionários elegíveis do Banco participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas ("RSUs"). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 17 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas", em função do acordo de repagamento entre o Banco e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

m. Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. Considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros (nota 18 (i)).

4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital (“Política”) que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

a. Estrutura de capital

As principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

- **Exigências de capital - Basileia** - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- **Exigências de capital - Limite de exposição por cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do Capital Regulatório de Nível 1 do Conglomerado.
- **Limite de exposição cambial** - De acordo com o artigo 1º da Resolução nº 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em 30% do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.
- **Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (“IRRBB”)** - O BACEN define metodologias e procedimentos para avaliação da adequação de capital para risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB).

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

b. Plano de contingência de capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital (“CCP”) que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delinea procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

5. GERENCIAMENTO DE RISCO - VISÃO GERAL

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através do qual monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais e climáticas. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

- **Governança:** A estrutura de governança do Conglomerado detém o conhecimento e a responsabilidade necessários para a tomada de decisão em questões de gestão de risco, bem como para garantir a implantação de tais decisões. A governança tem início com a Diretoria do Conglomerado, que tem um papel significativo na revisão e aprovação das políticas e práticas de gestão de risco, seja diretamente ou através de seus comitês.
- **Processos:** São mantidos pelo Conglomerado diversos processos, procedimentos e controles efetivos que são componentes essenciais à gestão de risco. O Conglomerado aplica uma estrutura rigorosa de controles de limites para controlar riscos em diversas transações, produtos, negócios e mercados. Isso inclui o estabelecimento de limites de risco de crédito e de mercado em diversos níveis, bem como o monitoramento diário destes limites.
- **Pessoas:** A gestão de risco eficiente requer que as equipes que se envolvam na apuração e avaliação destas questões possam interpretá-las adequadamente e possam realizar ajustes contínuos ao portfólio do Conglomerado.

O Comitê de Riscos do Conglomerado (GSBRC) tem a missão de monitorar e controlar os riscos em todas as áreas de negócios que o Conglomerado atua no Brasil ou em todas as operações afetadas pelo Brasil. As metodologias de gestão e controles de risco do Comitê são consistentes com as metodologias do Comitê de Risco do Grupo.

As obrigações e responsabilidades do Comitê incluem o monitoramento dos riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional e social, ambiental e climático. Ao cumprir essas obrigações e responsabilidades, o Comitê deve considerar, entre outras coisas, o possível efeito de quaisquer oportunidades de negócios, transações, produtos, aquisições, investimentos, atividades ou outros assuntos sobre a reputação do Conglomerado.

a. Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de receita).

O Comitê de Riscos do Conglomerado (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito estabelecidos pelos Comitês Globais, adequando-os conforme necessário para a Goldman Sachs Brasil, garantindo a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas pelos Comitês Globais e local estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

b. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- **Risco de taxa de juros:** resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos spreads de crédito.
- **Risco de preço das ações:** decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- **Risco de taxa de câmbio:** resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- **Risco de preço de commodities:** decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias commodities.

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades geradoras de receita, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo.

As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR ("Value at Risk") e métricas de sensibilidade. Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse ("stress-test").

- **Value at Risk:** O VaR é a perda potencial em valor das posições em uma carteira devido a mudanças adversas de variáveis de mercado, em um determinado período de tempo, com um grau de confiança, sendo normalmente empregado um horizonte de um dia com 95% de confiança. O modelo captura riscos e a diversificação do risco agregado do Conglomerado, o qual avalia a exatidão do modelo através de backtesting diário.

Fator de risco	2023	2022
Taxa de juros	5,30	13,77
Moedas	10,07	9,44
Ações	1,93	1,67
Total	<u>12,77</u>	<u>19,83</u>
Efeito da diversificação	(4,72)	(5,11)

- **Análise de cenários e teste de estresse:** Análise de cenários e testes de estresse mostram os possíveis impactos no capital e na liquidez do Conglomerado de vários eventos de mercado, incluindo, mas não limitado a: choques (i) em taxas de câmbio, (ii) em taxas de juros e (iii) no mercado de ações.

O Conglomerado utiliza limites de risco em diversos níveis para gerenciar o seu "apetite" a risco através do controle de suas exposições ao risco de mercado. Tais limites são revistos periodicamente e, conforme necessário, alterados permanente ou temporariamente para refletir as mudanças nas condições de mercado, de negócios ou de tolerância ao risco. Os limites são monitorados e reportados para a estrutura de governança, conforme apropriado.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os principais riscos e seus determinantes, e são distribuídos para a alta administração do Conglomerado.

c. Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 4.557/17 e melhores práticas de mercado, o Conglomerado possui uma estrutura de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

d. Risco de liquidez

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado possui política de gestão de liquidez que visa manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Conglomerado, mas também com eventos do mercado financeiro que podem afetar as operações do Conglomerado. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Conglomerado e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado observa e atende aos termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.557/17.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para a alta gerência no Brasil e no exterior.

6. SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em 30 de junho de 2023, os montantes circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou mais do que 12 meses, para cada ativo e passivo do balanço patrimonial, são compostos conforme segue:

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30



Ativo	Junho 2023	Circulante	Não Circulante
Disponibilidades	5.064	5.064	—
Instrumentos financeiros	33.601.268	26.944.751	6.656.517
Aplicações em operações compromissadas	1.675.985	1.675.985	—
Aplicações em depósitos interfinanceiros	257.769	245.764	12.005
Títulos e valores mobiliários	14.857.134	13.083.545	1.773.589
Instrumentos financeiros derivativos	12.969.059	8.531.991	4.437.068
Operações de crédito	302.137	2.137	300.000
Outros créditos com característica de concessão de crédito	133.855	—	133.855
Outros instrumentos financeiros - câmbio	3.405.329	3.405.329	—
Provisão para perdas esperadas	(142.919)	(64)	(142.855)
Provisão para perdas de operações créditos	(9.064)	(64)	(9.000)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	(133.855)	—	(133.855)
Ativos fiscais correntes e diferidos	893.987	6.757	887.230
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	855.475	—	855.475
Impostos e contribuições a compensar	38.512	6.757	31.755
Outros ativos	171.616	169.022	2.594
Investimentos em participações em controladas	519.001	—	519.001
Imobilizado de uso	100.796	—	100.796
(-) Depreciações acumuladas	(78.430)	—	(78.430)
Total do ativo	35.070.383	27.125.530	7.944.853
Passivo e Patrimônio líquido	Junho 2023	Circulante	Não Circulante
Depósitos e demais instrumentos financeiros	30.384.271	20.081.945	10.302.326
Depósitos de clientes e instituições financeiras	5.923.231	1.084.375	4.838.856
Obrigações por empréstimos	5.998.029	5.998.029	—
Obrigações por operações compromissadas	516.249	516.249	—
Certificados de operações estruturadas	260.676	38.373	222.303
Instrumentos financeiros derivativos	14.293.290	9.052.123	5.241.167
Outros instrumentos financeiros - câmbio	3.392.796	3.392.796	—
Provisões	1.205	—	1.205
Obrigações fiscais	1.094.679	175.355	919.324
Impostos de renda e contribuição social - Corrente	151.624	151.624	—
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	919.324	—	919.324
Outras obrigações fiscais	23.731	23.731	—
Outros passivos	708.822	686.567	22.255
Patrimônio líquido	2.881.406	—	—
Capital social	2.805.788	—	—
Reservas de lucros	51.048	—	—
Outros resultados abrangentes	(1.047)	—	—
Lucros acumulados	25.617	—	—
Total do passivo e patrimônio líquido	35.070.383	20.943.867	11.245.110

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30



Ativo	Dezembro 2022	Circulante	Não Circulante
Disponibilidades	8.315	8.315	—
Instrumentos financeiros	32.474.250	25.806.526	6.667.724
Aplicações em operações compromissadas	2.777.968	2.777.968	—
Aplicações em depósitos interfinanceiros	421.826	269.950	151.876
Títulos e valores mobiliários	8.697.834	7.101.026	1.596.808
Instrumentos financeiros derivativos	19.157.964	14.538.924	4.619.040
Operações de crédito	311.595	11.595	300.000
Outros instrumentos financeiros	1.107.063	1.107.063	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.064)	(64)	(9.000)
Ativos fiscais correntes e diferidos	844.993	11.376	833.617
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	806.560	—	806.560
Impostos e contribuições a compensar	38.433	11.376	27.057
Outros ativos	765.411	761.562	3.849
Investimentos em participações em controladas	480.408	—	480.408
Imobilizado de uso	98.237	—	98.237
(-) Depreciações acumuladas	(75.231)	—	(75.231)
Total do ativo	34.587.319	26.587.715	7.999.604
Passivo e Patrimônio líquido	Dezembro 2022	Circulante	Não Circulante
Depósitos e demais instrumentos financeiros	29.602.088	20.658.476	8.943.612
Depósitos de clientes e instituições financeiras	4.504.147	688.985	3.815.162
Obrigações por empréstimos	12.876.838	12.876.838	—
Obrigações por operações compromissadas	217.760	217.760	—
Certificados de operações estruturadas	226.430	137	226.293
Instrumentos financeiros derivativos	10.671.425	5.769.268	4.902.157
Outros instrumentos financeiros	1.105.488	1.105.488	—
Provisões	1.157	—	1.157
Obrigações fiscais	1.146.363	130.876	1.015.487
Impostos de renda e contribuição social - Corrente	97.765	97.765	—
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	1.015.487	—	1.015.487
Outras obrigações fiscais	33.111	33.111	—
Outros passivos	990.600	944.758	45.842
Patrimônio líquido	2.847.111	—	—
Capital social	2.529.788	—	—
Reservas de lucros	325.700	—	—
Outros resultados abrangentes	(8.377)	—	—
Total do passivo e patrimônio líquido	34.587.319	21.734.110	10.006.098

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, caixa e equivalentes de caixa são representados conforme abaixo demonstrado:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Dezembro 2022</u>
Depósito no exterior em moeda estrangeira	4.393	3.535
Banco Central do Brasil - reserva livre	671	4.780
Aplicações em operações compromissadas (nota 8 (a))	1.675.985	2.777.968
Total	<u>1.681.049</u>	<u>2.786.283</u>

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Aplicações em operações compromissadas

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo está composto conforme abaixo demonstrado:

	<u>Junho 2023</u>		<u>Dezembro 2022</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>
Posição bancada:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	—	—	490.006	490.006
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	588.847	588.847	1.367.189	1.367.189
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	820.420	820.420	853.430	853.430
Subtotal	<u>1.409.267</u>	<u>1.409.267</u>	<u>2.710.625</u>	<u>2.710.625</u>
Posição vendida:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	71.526	71.526	44.713	44.713
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	195.192	195.192	22.630	22.630
Subtotal	<u>266.718</u>	<u>266.718</u>	<u>67.343</u>	<u>67.343</u>
Total	<u>1.675.985</u>	<u>1.675.985</u>	<u>2.777.968</u>	<u>2.777.968</u>

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 30 de junho de 2023, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 257.769 (dezembro 2022 - R\$ 421.826), com vencimento até 03 de novembro de 2027 e taxas correspondentes a 100% do DI.

c. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada, conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, nas categorias “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda”.

O valor de mercado dos títulos públicos e privados representa o seu valor presente, o qual foi calculado com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O valor da aplicação em quotas do Fundo de Investimento Liquidez da Câmara B3 Multimercado (“FILCB”) e de fundo de investimento em direitos creditórios (“FIDC”) reflete o valor da última quota divulgada pelos administradores dos fundos, contemplando os resgates e aplicações realizados no período.

As ações são valorizadas pelas cotações de fechamento divulgadas pela B3 em contrapartida ao resultado do período. O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

c.1 Composição por classificação e tipo

Composição da carteira	Junho 2023		Dezembro 2022
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado
Carteira Própria	11.288.093	11.310.208	6.421.669
Letras do Tesouro Nacional – LTN	8.513.654	8.526.899	3.881.078
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	482.686	487.673	278.449
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	261.645	266.717	304.494
Cotas de FIDC	1.786.992	1.786.992	1.763.597
Debêntures	179.440	178.251	179.809
Ações	63.676	63.676	14.242
Vinculados a Compromisso de Recompra	242.140	242.277	150.848
Letras do Tesouro Nacional – LTN	242.140	242.277	150.848
Vinculados a Prestação de Garantias na B3	3.302.687	3.304.649	2.125.317
Letras do Tesouro Nacional – LTN	3.258.679	3.260.641	2.084.043
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara B3 Multimercado - FILCB	44.008	44.008	41.274
Total da carteira	14.832.920	14.857.134	8.697.834

c.2 Classificação e composição por prazo de vencimento

	Junho 2023					Dezembro 2022	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos para negociação (1)							
Carteira própria	68.027	5.470.951	1.916.912	1.366.634	541.785	9.364.309	4.497.451
Vinculados a compromisso de recompra	—	—	242.277	—	—	242.277	150.848
Vinculados a prestação de garantias na B3 (2)	44.008	—	3.260.641	—	—	3.304.649	2.125.317
Subtotal	112.035	5.470.951	5.419.830	1.366.634	541.785	12.911.235	6.773.616
Títulos disponíveis para venda							
Carteira própria	—	10.571	949.555	826.866	158.907	1.945.899	1.924.218
Subtotal	—	10.571	949.555	826.866	158.907	1.945.899	1.924.218
Total da carteira	112.035	5.481.522	6.369.385	2.193.500	700.692	14.857.134	8.697.834

1. Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.
2. Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à B3.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Estão representados por operações de futuros, swap, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) e outros derivativos devidamente registrados na B3, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, commodities e variação cambial.

O Banco atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (hedge global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de commodities.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como “VaR”.

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de swap e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estão representados como segue:

d.1 Composição por indexador

	Junho 2023			Dezembro 2022
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
Operações de swap	4.254.612	(5.271.652)	112.588.748	96.696.697
Ações	2.674	(2.889)	209.261	145.156
Indexados em Índices de Preços e Juros	165.993	(1.056.408)	21.203.952	17.112.204
Moeda Estrangeira	1.310.331	(1.370.582)	14.336.352	19.852.159
Taxa de Juros Pré - Reais	2.775.614	(2.841.771)	76.839.094	59.587.178
Outros	—	(2)	89	—
Opções de ações	227.608	(118.347)	2.950.947	15.065.913
Compra de opção de compra	157.006	—	1.304.098	1.362.135
Venda de opção de compra	—	(82.133)	599.354	6.683.666
Compra de opção de venda	70.602	—	364.081	6.134.389
Venda de opção de venda	—	(36.214)	683.414	885.723
Opções de moeda	54.745	(83.512)	4.616.760	13.824.670
Compra de opção de compra	3.593	—	843.360	3.440.084
Venda de opção de compra	—	(44.945)	1.585.860	1.440.084
Compra de opção de venda	51.152	—	1.341.270	5.472.251
Venda de opção de venda	—	(38.567)	846.270	3.472.251
Opções de commodities	1.765	—	26.334	7.525.308
Compra de opção de compra	1.765	—	26.334	2.912.859
Venda de opção de compra	—	—	—	2.884.347
Compra de opção de venda	—	—	—	864.051
Venda de opção de venda	—	—	—	864.051
NDF (Non-Deliverable Forward) de moedas	257.881	(726.778)	44.962.999	44.493.988
Posição comprada	85.273	(631.684)	25.229.631	23.021.326
Posição vendida	172.608	(95.094)	19.733.368	21.472.662

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30



NDF (Non-Deliverable Forward) de commodities	97.676	(97.143)	4.171.052	5.323.947
Posição comprada	22.109	(75.212)	2.085.249	2.661.461
Posição vendida	75.567	(21.931)	2.085.803	2.662.486
Outros derivativos	305.663	(226.530)	8.584.187	3.424.544
Posição comprada	305.663	—	4.810.432	2.311.479
Posição vendida	—	(226.530)	3.773.755	1.113.065
Operações com futuros	62.704	(70.638)	21.710.078	43.595.822
Posição comprada	25.475	(68.091)	17.213.195	32.239.651
Cupom cambial - DDI	—	(12.996)	816.791	783.843
DAP	24.613	—	7.556.736	12.089.819
DI de 1 dia	862	—	2.791.758	1.331.550
Dólar	—	(52.774)	5.708.342	18.034.439
WDO	—	(2.321)	339.568	—
Posição vendida	37.229	(2.547)	4.496.883	11.356.171
Cupom cambial - DDI	16.881	—	1.448.602	5.087.027
DAP	—	—	—	608.988
DI de 1 dia	—	(2.547)	1.221.855	1.036.691
Dólar	19.014	—	1.682.187	—
SCS	—	—	—	1.318.400
WDO	1.334	—	144.239	3.305.065
Termo de título público	7.769.109	(7.769.328)	7.772.907	4.769.033
Compra a termo de título público	4.169.217	(4.165.638)	4.169.217	2.652.087
Venda a termo de título público	3.599.892	(3.603.690)	3.603.690	2.116.946
Total	13.031.763	(14.363.928)	207.384.012	234.719.922

d.2 Composição por valor nominal por contraparte

	Junho 2023				Dezembro 2022	
	Instituições Financeiras	Corporate /Setor Público	Institucional	B3	Total	Total
Operações de swap	4.094.897	30.819.006	77.674.845	—	112.588.748	96.696.697
Opções	365.354	1.060.224	2.107.430	4.061.033	7.594.041	36.415.891
Non-Deliverable Forward - NDF	1.816.989	4.530.212	42.786.850	—	49.134.051	49.817.935
Outros derivativos	256.076	3.082.360	5.240.719	5.032	8.584.187	3.424.544
Operações com futuros	—	—	—	21.710.078	21.710.078	43.595.822
Termo de título público	5.012.014	287.614	2.473.279	—	7.772.907	4.769.033
Total	11.545.330	39.779.416	130.283.123	25.776.143	207.384.012	234.719.922

d.3 Composição do valor nominal por local de negociação

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Operações de swap	—	112.588.748	112.588.748	96.696.697
Opções	4.061.033	3.533.008	7.594.041	36.415.891
Non-Deliverable Forward - NDF	—	49.134.051	49.134.051	49.817.935
Outros derivativos	—	8.584.187	8.584.187	3.424.544
Operações com futuros	21.710.078	—	21.710.078	43.595.822
Termo de título público	—	7.772.907	7.772.907	4.769.033
Total	25.771.111	181.612.901	207.384.012	234.719.922

d.4 Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de swap, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Valor de custo	Ganhos/perdas não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	10.777.821	2.191.239	12.969.059	19.157.964
Operações de swap	2.405.806	1.848.806	4.254.612	4.187.654
Opções	200.858	83.260	284.118	9.242.061
Non-Deliverable Forward - NDF	169.914	185.643	355.557	560.810
Outros derivativos	228.995	76.668	305.663	401.492
Termo de título público	7.772.247	(3.138)	7.769.109	4.765.947
Passivo	(12.360.461)	(1.932.830)	(14.293.290)	(10.671.425)
Operações de swap	(3.675.138)	(1.596.514)	(5.271.652)	(4.968.185)
Opções	(171.719)	(30.140)	(201.859)	(148.069)
Non-Deliverable Forward - NDF	(547.852)	(276.069)	(823.921)	(465.551)
Outros derivativos	(193.783)	(32.747)	(226.530)	(321.332)
Termo de título público	(7.771.968)	2.640	(7.769.328)	(4.768.288)

d.5 Resultado com derivativos

	Junho 2023	Junho 2022
Operações de swap	(171.339)	(74.923)
Opções	289.049	17.907
Non-Deliverable Forward - NDF	(1.052.810)	(478.847)
Operações com futuros	419.700	905.831
Outros derivativos	1.976	8.079
Total	(513.424)	378.047

Em 19 de janeiro de 2023, uma empresa brasileira de grande porte, a qual era contraparte do Grupo Goldman Sachs em contratos de derivativos, teve o seu pedido de recuperação judicial aprovado pelo judiciário brasileiro. Na decisão que aprova a recuperação judicial, foi confirmada a possibilidade de vencimento antecipado, compensação e execução de garantias no âmbito de operações de derivativos de balcão conforme expressamente previsto na Lei Brasileira de Falências e Recuperação de Empresas.

O Banco e sua coligada no exterior, a Goldman Sachs International (“GSI”), mantinham operações de derivativos de balcão com entidades do referido grupo empresarial e em decorrência da recuperação judicial exerceram o direito de vencimento antecipado e execução das garantias, conforme previsto nos respectivos contratos, cessando assim qualquer exposição do Banco perante a empresa, permanecendo unicamente a exposição da GSI no exterior.

e. Operações de crédito

e.1 Empréstimos

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Em 30 de junho de 2023, a rubrica “Operações de Crédito” refere-se, principalmente, a empréstimo representado por um contrato indexado ao CDI acrescidos de uma taxa fixa anual, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços, com vencimento em junho de 2025 e pagamento de juros semestrais.

O saldo da carteira no semestre findo em 30 de junho de 2023 é de R\$ 302.133 (dezembro 2022 - R\$ 302.133). O nível de risco da operação está classificado como rating “C”, razão pela qual foi mantida provisão para perdas de crédito no valor de R\$ 9.064 (dezembro 2022 - R\$ 9.064), correspondente a 3% do valor atualizado do crédito concedido. Não há despesa com provisão para perda de crédito no semestre findo em junho de 2023 (junho 2022 - R\$ 9.035).

A provisão para perda de crédito é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a receita de operações de crédito é de R\$ 24.956 (junho 2022 - R\$ 1.378). A receita é composta por R\$ 6 (junho 2022 - R\$ 205) referente a rendas de empréstimos de ações.

e.2 Direitos por empréstimos de ações

Em 30 de junho de 2023, as operações no montante de R\$ 4 (dezembro 2022 – R\$ 9.462) nas modalidades de empréstimos de valores mobiliários de que trata a Resolução CMN nº 3.539/08, com vencimento até 01 de agosto de 2023 (dezembro 2022 com vencimento até 30 de janeiro de 2023).

e.3 Rendas de empréstimos - Outros

Em 30 de junho de 2023, a despesa de R\$ 527 (junho de 2022 – receita de R\$ 27.639) refere-se a despesas de direitos por empréstimos de ações.

f. Outros créditos com característica de concessão de crédito

Em 30 de junho de 2023, outros créditos com característica de concessão de crédito refere-se a confissão de dívida oriunda do término antecipado de operação de derivativo de balcão no montante de R\$ 133.855. Em conformidade com o estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682, a operação teve seu risco de crédito classificado como rating H e, por consequência, constituída provisão para perda de crédito de 100% do valor da operação totalizando R\$ 133.855. Não há operações na modalidade de outros créditos com característica de concessão de crédito em 31 de dezembro de 2022.

g. Outros instrumentos financeiros – Carteira de câmbio

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos são compostos por:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Dezembro 2022</u>
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	1.025.613	336.868
Direitos sobre vendas de câmbio	2.379.716	770.195
Total	3.405.329	1.107.063
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	2.361.013	766.935
Obrigações por compra de câmbio	1.031.783	338.553
Total	3.392.796	1.105.488

9. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Banco possui participação de 100% em sociedade controlada, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme abaixo:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Dezembro 2022</u>
Participação no capital integralizado	100 %	100 %
Quantidade de ações detidas	400.384.000	400.384.000
Capital social da controlada	400.384	400.384
Patrimônio líquido da controlada	519.001	480.407
Resultado de participação em controlada do semestre/exercício	37.591	81.392
Resultados acumulados com equivalência patrimonial	118.617	80.023
Valor contábil do investimento	519.001	480.407

10. IMOBILIZADO DE USO E DEPRECIACÕES ACUMULADAS

	<u>Junho 2023</u>			<u>Dezembro 2022</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Instalações, móveis e equipamentos de uso	52.106	(49.409)	2.697	51.787	(49.321)	2.466
Imobilizações em curso	980	—	980	267	—	267
Comunicação	35.157	(20.476)	14.681	34.409	(18.299)	16.110
Equipamentos de processamento de dados	12.553	(8.545)	4.008	11.774	(7.611)	4.163
Total	100.796	(78.430)	22.366	98.237	(75.231)	23.006

11. OUTROS ATIVOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos são compostos por:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Dezembro 2022</u>
Negociação e Intermediação de valores (a)	128.869	576.099
Valores a receber de sociedades ligadas (notas 16 (a))	26.080	173.786
Rendas a receber (b)	6.015	6.775
Despesas antecipadas	2.618	2.290
Diversos (c)	8.034	6.462
Total	171.616	765.412

- a. Negociação e intermediação de valores refere-se a ajustes diários a receber de operações em bolsa no montante de R\$ 64.511 (dezembro 2022 - zero), operações por conta própria no montante de R\$ 5.011 (dezembro 2022 – R\$ 1.477), operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 35.149 (dezembro 2022 – R\$ 436.285), e a outros créditos por negociação e intermediação de valores no montante de R\$ 71 (dezembro 2022 – R\$ 6.590). Em dezembro 2022 Negociação e intermediação de valores refere-se também a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadoria de Câmbio (“BMC”) no montante de R\$ 131.747. Do montante total relativo à negociação e intermediação de valores, R\$ 64.511 (dezembro 2022 - R\$ 10.476) correspondem à transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).
- b. Rendas a receber refere-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados a terceiros.
- c. Diversos refere-se, principalmente, a adiantamentos e antecipações salariais de férias e 13º salário no montante de R\$ 4.414 (dezembro 2022 – R\$ 381) e à antecipações a fornecedores no R\$ 2.566 (dezembro 2022 - R\$ 3.821).

12. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Depósitos de clientes e instituições financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos são compostos por:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Dezembro 2022</u>
Depósitos interfinanceiros	936.471	733.648
De 1 a 90 dias	311.137	275.109
De 91 até 360 dias	110.940	2.996
A vencer após 360 dias	514.394	455.543
Depósitos a prazo	4.986.760	3.770.499
De 1 a 90 dias	163.105	15.291
De 91 até 360 dias	499.194	361.572
A vencer após 360 dias	4.324.461	3.393.636
Total de depósitos	5.923.231	4.504.147

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, foram contratados a taxas equivalentes a 100% do DI, sendo R\$ 458.982 (dezembro 2022 - R\$ 424.051) correspondente à transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).

Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários, foram contratados a taxas que variam entre 93% e 114% do DI, sendo o montante de R\$ 2.338.800 (dezembro 2022 - R\$ 3.073.237) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).

b. Obrigações por empréstimos

Em 30 de junho de 2023, referem-se, principalmente, a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montantes de USD 1.009.823, convertido pela taxa (“SPOT B3”) de fechamento equivalentes a R\$ 4.839.071 (dezembro 2022 – R\$ 12.855.718), e a empréstimos captados junto à Goldman Sachs Latin America Holdings LLC, com vencimento em até 3 meses, no montante de USD 241.778, convertido pela taxa (“SPOT B3”) de fechamento equivalentes a R\$ 1.158.601 (dezembro 2022 – zero).

A partir da data base 01 de janeiro de 2023 o Banco adotou a faculdade prevista no Artigo 5º da Resolução CMN nº 4.924/21 que permite a utilização de taxa de câmbio à vista (“SPOT B3”) diferente da informada pelo Banco Central do Brasil (“PTAX”) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, uma vez que a utilização atende às finalidades definidas na norma e cumpre as demais exigências que foram determinadas pelo Regulador.

c. Obrigações por operações compromissadas

Em 30 de junho de 2023 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 516.249 (dezembro 2022 - R\$ 217.760), sendo:

- R\$ 241.599 (dezembro 2022 – R\$ 150.525) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria, sendo o montante de R\$ 76.599 (dezembro 2022 – R\$ 150.525) referente a transações com partes relacionadas (nota 16 (a)); e
- R\$ 274.650 (dezembro 2022 – R\$ 67.234) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-F e NTN-B (dezembro 2022 – NTN-F e NTN-B).

d. Certificados de operações estruturadas

Em 30 de junho de 2023, referem-se à captação por certificados de operações estruturadas (COE), com vencimento até julho de 2028, no montante de R\$ 260.676 (dezembro 2022 - R\$ 226.430).

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a despesa com as captações com certificados de operações estruturadas somam juntas R\$ 7.686 (junho 2022 – R\$ 5.179).

13. OUTROS PASSIVOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo está composto por:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Dezembro 2022</u>
Negociação e intermediação de valores	531.941	705.431
Valores a pagar sociedades ligadas (notas 16 (a))	44.282	76.734
Provisão para despesas de pessoal	89.213	146.434
Provisão para outras despesas administrativas	17.497	31.408
Credores diversos	25.889	30.593
Total	<u>708.822</u>	<u>990.600</u>

1. Negociação e intermediação de valores refere-se comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 6.930 (dezembro 2022 - R\$ 4.805), credores por empréstimos de ações no montante de R\$ 387.948 (dezembro 2022 - R\$ 168.367), a outras obrigações por negociação e intermediação de valores no montante de R\$ 5.424 (dezembro 2022 – 9.023), e a ajustes diários a pagar de operações em bolsa no montante de R\$ 131.582 (dezembro 2022 - R\$ 523.236). Do montante total relativo à negociação e intermediação de valores, R\$ 131.939 (dezembro 2022 - R\$ 523.874) correspondem à transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).
2. Provisão para despesas de pessoal refere-se, principalmente, à provisão para gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 50.217 (dezembro 2022 – R\$ 2.979) e à provisão para impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 17.856 (dezembro 2022 – R\$ 1.019). Em dezembro 2022 refere-se também à gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 88.906 e a encargos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 30.101.
3. Provisão para outras despesas administrativas refere-se, substancialmente, à provisão de encargos sociais sobre os saldos relativos ao pagamento baseado em ações no montante de R\$ 14.128 (dezembro 2022 - R\$ 25.985).

14. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CS) CORRENTES E DIFERIDOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS**a. Impostos e contribuições correntes**

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos são representados como segue:

	Junho 2023		Junho 2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	69.474	69.474	183.988	183.988
Participações estatutárias no lucro	(2.004)	(2.004)	—	—
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado	67.470	67.470	183.988	183.988
Imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) antes dos ajustes fiscais	16.868	13.494	45.997	36.798
Diferenças temporárias	75.712	60.570	59.041	47.233
Diferenças permanentes	14.937	9.222	(14.860)	(14.976)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	107.517	83.286	90.178	69.055

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos calculados com base na natureza das diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Origens		Tributos Diferidos			
	Junho 2023	Dezembro 2022	Dezembro 2022	Realização/Reversão	Constituição	Junho 2023
Provisão para perdas de crédito	142.919	9.064	4.079	—	60.235	64.314
Marcação a mercado negativa – TVM e derivativos	1.617.862	1.661.198	747.539	(747.539)	728.038	728.038
Unidades de ações restritas – RSU	55.693	85.787	38.604	(20.117)	6.573	25.060
Remuneração Variável	71.611	8.602	3.871	(2.073)	30.428	32.226
Outras Provisões Indedutíveis	11.244	14.962	6.733	(6.733)	5.060	5.060
Marcação a mercado negativa – RSU – Patrimônio Líquido	1.726	12.742	5.734	(5.734)	777	777
Total de ativos fiscais diferidos	1.901.055	1.792.355	806.560	(782.196)	831.111	855.475
Marcação a mercado positiva – TVM e derivativos	2.000.559	2.256.638	1.015.487	1.015.487	900.252	900.252
Ajuste de conversão de taxa	41.798	—	—	—	18.809	18.809
Marcação a mercado positiva – Títulos disponíveis para venda – Patrimônio Líquido	585	—	—	—	263	263
Total de passivos fiscais diferidos	2.042.942	2.256.638	1.015.487	1.015.487	919.324	919.324

Uma vez atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, quais sejam: (i) apresentem histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência e (ii) haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de IR e CS, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; no semestre findo em 30 de junho de 2023, o Banco reconhece ativo diferido fiscal sobre imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 475.264 e R\$ 380.211 (dezembro 2022 - R\$ 448.089 e R\$ 358.471), respectivamente. A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 855.475 é estimada em 4% no primeiro ano, 2% no segundo, 3% no terceiro, 0% no quarto e 0% no quinto ano. Os 91% restantes são realizáveis nos cinco anos seguintes.

O valor presente dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação do Banco, monta a R\$ 223.940 e R\$ 179.152 (dezembro 2022 - R\$ 185.564 e R\$ 148.452), respectivamente.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o Banco reconhece passivos fiscais diferidos no montante de R\$ 919.324 (dezembro 2022 - R\$ 1.015.487). O valor presente dos passivos fiscais diferidos totaliza R\$ 460.781 e R\$ 368.625 (dezembro 2022 - R\$ 470.275 e R\$ 376.220), respectivamente.

O valor de ativos fiscais não ativados sobre o prejuízo fiscal totaliza R\$ 9.051 (dezembro 2022 – R\$ 9.051). O valor de ativos fiscais não ativados, por não atender aos critérios estabelecidos na Resolução mencionada anteriormente, monta a R\$ 135.245 (dezembro 2022 – R\$ 149.194).

c. Obrigações fiscais - Outras

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo está composto por:

	Junho 2023	Dezembro 2022
Impostos e contribuições sobre salários	7.621	11.633
Outros – PIS, Cofins, ISS e CIDE	5.664	10.977
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros (1)	10.446	10.501
Total	23.731	33.111

1. Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros referem-se, substancialmente a imposto de renda retido na fonte sobre operações de *swap* no montante de R\$ 10.169 (dezembro 2022 – R\$ 366). Em dezembro de 2022 refere se também a imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 9.750),

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital social**

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 30 de junho de 2023, por 2.805.787.640 (dezembro 2022 - 2.529.787.641) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital proposto pela Administração no montante de R\$ 651.000, mediante a emissão de 651.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (um real) cada, oriundo de (i) juros distribuídos a título de remuneração sobre o capital próprio, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 85.000; (ii) dividendos declarados no montante de R\$ 520.000; e (iii) a utilização da Reserva Legal no montante de R\$ 46.000.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de junho de 2022, foi aprovado o aumento de capital proposto pela Administração no montante de R\$ 204.986, mediante a incorporação ao capital social dos valores de (i) de R\$ 13.389 a título de reserva legal; (ii) R\$ 33.213 a título de reserva de capital; e R\$ 158.384 a título de reservas estatutárias, sendo emitidas 200.014.009 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de setembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital mediante a capitalização de R\$ 90.456 oriundo de (i) juros distribuídos a título de remuneração sobre o capital próprio, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 72.250; (ii) obtido a título de retenção de lucros da Companhia no montante de R\$ 18.206, sendo emitidas 90.456.032 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital mediante a capitalização de R\$ 55.250 apurado a título de distribuição de juros sobre capital próprio, sendo emitidas 55.250.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real). Esse aumento de capital foi homologado junto ao BACEN em 05 de abril de 2023.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 31 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 276.000, mediante a emissão de 276.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada, oriundo de Reservas de Lucros. Esse aumento de capital foi homologado junto ao BACEN em 09 de maio de 2023.

b. Reservas de capital

O saldo da rubrica “Reservas de capital” foi integralmente incorporado como aumento de capital no exercício de 2022.

c. Reservas de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida Lei, do Lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a Reserva legal tem por fim assegurar a integridade do Capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o Capital.

Nos termos do artigo 25 do Estatuto Social do Banco, a Diretoria poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço ao fim de cada exercício e em 30 de junho de cada ano. O pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP") é efetuado dentro do limite de dedutibilidade e apurado sobre o lucro do exercício. Com base na Deliberação CVM nº 683/2012 o tratamento contábil dado aos JCP é análogo ao tratamento dado aos dividendos obrigatórios, ou seja, o valor determinado é lançado diretamente na conta de Lucros acumulados.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de junho de 2022, foi aprovada (i) a utilização da Reserva Legal para aumento de capital no montante de R\$ 13.389.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 31 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 276.000, mediante a utilização das Reservas de Lucros.

Em 30 de junho de 2023, o saldo da rubrica "Reservas de lucros" totaliza R\$ 51.048 (dezembro 2022 - R\$ 325.700), sendo constituído por "Reserva legal" no montante de R\$ 26.044 (dezembro 2022 - R\$ 24.696) e "Reserva estatutária" no montante de R\$ 25.004 (dezembro 2022 - R\$ 301.004).

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a. Empresas controladoras, controladas e outras partes relacionadas

Em 30 de junho de 2023, as transações realizadas entre o Banco e partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, com controladores (1), controladas (2), coligadas (3) e com outras partes relacionadas (4) estão representadas por:

	Junho 2023		Dezembro 2022		Junho 2022	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Investimento em controlada	519.001	28.594	480.408	19.682		
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	519.001	28.594	480.408	19.682		
Aplicações em moedas estrangeiras	—	—	—	2.060		
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	—	—	—	2.060		
Instrumentos financeiros derivativos	(589.666)	(2.465.772)	846.903	(2.522.858)		
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(1.498.020)	(2.434.890)	106.222	(1.844.004)		
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	899.410	(37.843)	740.567	(679.121)		
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	526	(597)	213	—		
INSS Consignado (PLD) Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado (4)	8.386	7.526	—	—		
INSS Consignado Fundo de Investimentos em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (4)	—	—	(99)	267		
Goldman Sachs International (3)	32	32	—	—		
Outros ativos - Negociação e intermediação de valores	64.511	—	10.476	—		
Goldman Sachs International (3)	64.511	—	—	—		
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	—	—	10.476	—		

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30



Outros ativos - Valores a receber de sociedades ligadas	26.080	200.577	173.785	246.991
Goldman Sachs International (3)	14.248	130.981	126.616	148.456
Goldman, Sachs & Co. LLC (3)	3.609	12.632	25.834	56.720
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	3.305	17.414	14.743	15.638
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	—	—	207	—
Goldman Sachs Asset Management, LP. (3)	401	3.153	2.558	2.601
Goldman Sachs Capital Markets, LP. (3)	516	19.911	—	10.172
Goldman Sachs Asset Management International (3)	401	3.153	2.558	2.601
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	923	5.237	888	4.641
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	182	1.149	185	1.037
J. Aron & Company (3)	885	4.844	178	248
GSBE SE, Milan Branch (3)	—	1.534	—	4.877
Goldman Sachs Group Y Compania A,S. De R.L. de C.V. (4)	18	—	—	—
GS Argentina L.L.C. Branch (4)	6	—	—	—
Goldman Sachs Latin America Holding LLC (1)	990	—	—	—
Goldman Sachs Bank Europe SE (4)	50	—	—	—
Goldman Sachs Bank USA (4)	518	518	—	—
Outros valores a receber de partes relacionadas (3)	28	51	18	—
Depósitos a prazo	(2.338.800)	(192.297)	(3.073.237)	(161.110)
Sphere Fundo de Investimentos Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(228.326)	(68.569)	(1.284.811)	(82.994)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	(1.342.658)	(82.445)	(1.211.691)	(53.700)
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	(6.319)	(389)	(6.139)	(299)
Goldman Sachs Participações II Ltda. (3)	(3.800)	(232)	(3.561)	(141)
Goldman Sachs & Co. LLC (3)	(757.697)	(40.662)	(567.035)	(23.976)
Depósitos interfinanceiros	(458.982)	(27.473)	(424.051)	(18.719)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(458.982)	(27.473)	(424.051)	(18.719)
Empréstimos no exterior	(5.998.028)	(238.965)	(12.876.838)	(7.470)
The Goldman Sachs Group, Inc (1)	(4.839.427)	(220.081)	(12.876.838)	(7.470)
Goldman Sachs Latin America Holding LLC (1)	(1.158.601)	(18.884)	—	—
Obrigações por operações compromissadas	(76.599)	(6.740)	(150.526)	(10.314)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	—	(2.458)	(68.385)	(6.980)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(76.599)	(4.282)	(82.141)	(3.334)
Outros instrumentos financeiros – Carteira de câmbio	231	—	(22.724)	—
Goldman Sachs International (3)	231	—	(22.724)	—
Outros passivos - Negociação e intermediação de valores	(131.939)	(216)	(523.874)	(837)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(24.483)	(216)	(638)	(837)
Goldman Sachs International (3)	—	—	(445.785)	—
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	(107.456)	—	(77.451)	—
Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	(44.281)	(3.002)	(76.734)	(4.442)
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(42.781)	—	(74.212)	—
Goldman, Sachs & Co. LLC (3)	(1.205)	—	(1.312)	(3.790)

Goldman Sachs International (3)	(130)	(278)	(179)	—
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(4)	—	(1.000)	—
GSBE SE, Sucursal en Espana (3)	—	—	—	(248)
Goldman Sachs Group Y Compania A, S. De RL de C.V. (3)	(3)	—	(3)	—
Goldman Sachs Canada Inc. (3)	—	—	(15)	—
GSBR SE, Paris Branch (3)	(148)	(1.379)	—	—
GSBR SE, Milan Branch (3)	—	(1.345)	—	(404)
Outras partes relacionadas (3)	(10)	—	(13)	—
Patrimônio líquido - Capital social	(2.805.788)	—	(2.529.788)	—
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(2.803.073)	—	(2.527.258)	—
Goldman Sachs Global Holdings L.L.C. (1)	(2.715)	—	(2.530)	—

(i) “Outros passivos – Valores a pagar a sociedades ligadas” referem-se, principalmente, ao repagamento do plano de incentivo de ações (RSUs). As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

b. Remuneração de pessoas-chave da Administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoas-chave da Administração os diretores estatutários do Conglomerado

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Benefícios de curto prazo - Administradores		
Proventos	9.323	10.493
Encargos sociais curto prazo	2.505	3.121
Benefícios de longo prazo - Administradores		
Pagamento baseado em ações	262	321
Encargos sociais longo prazo	89	110

17. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E DE INCENTIVO DE AÇÕES

a. Plano de previdência privada

O Banco oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, o Banco contribuiu com R\$ 2.206 (junho 2022 - R\$ 1.813) para o fundo de previdência.

b. Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Banco, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuras são reconhecidos como despesa (ex., prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuras são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. O Banco paga dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo RSUs.

Unidades de ações restritas

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados do Banco de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos.

As RSUs são emitidas em dólar americano e convertidas para reais pela taxa SPOT B3 (dezembro 2022 pela taxa PTAX de venda).

A movimentação das RSUs para o semestre findo em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir :

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (nº de ações)	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (nº de ações)
Movimentação pela quantidade de ações:				
Saldo ao final do período anterior	19.119	29.609	15.637	30.137
Outorgada (1) (2) (<i>granted</i>)	13.563	2.564	20.262	8.627
Prescrita (<i>forfeited</i>)	(318)	—	(475)	—
Entregue (3) (<i>delivered</i>)	—	(23.999)	—	(25.426)
Adquirida por direito (2) (<i>vested</i>)	(3.757)	3.757	(16.271)	16.271
Transferida entrada/(saída) (<i>transferred</i>)	—	—	(34)	—
Saldo ao final do período	28.607	11.931	19.119	29.609

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (média ponderada)	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (média ponderada)
Movimentação pela média ponderada (Em Reais):				
Saldo ao final do período anterior	1.501,96	1.355,85	1.300,67	1.183,53
Outorgada (1) (2) (<i>granted</i>)	1.621,04	1.635,46	1.770,21	1.729,35
Prescrita (<i>forfeited</i>)	1.623,58	—	1.708,27	—
Entregue (3) (<i>delivered</i>)	—	1.339,32	—	1.220,84
Adquirida por direito (2) (<i>vested</i>)	1.486,57	1.486,57	1.478,96	1.478,96
Transferida entrada/(saída) (<i>transfers</i>)	—	—	1.385,19	—
Saldo ao final do período	1.559,08	1.482,45	1.635,38	1.476,30

* O “saldo ao final do período anterior” em Junho 2023 difere do “saldo ao final do período” em Dezembro 2022, para fins dessa divulgação, em função da taxa de conversão utilizada em 30 de junho 2023 (Spot B3) ser diferente da taxa utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2022 (PTAX).

1. A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 é de R\$1.623,34 (dezembro 2022 - R\$ 1.758,00).
2. O valor justo da RSUs outorgadas em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 inclui um desconto de liquidez (*liquidity discount*) de 2.96% e 2.99% respectivamente para refletir restrições de até 1 ano pós-aquisição do direito de transferência.

3. Em 30 de junho de 2023, o valor justo agregado das ações com direito adquirido é de R\$ 9.861 (dezembro 2022 - R\$ 42.522).
4. Em 30 de junho de 2023, a média ponderada na data de entrega das RSUs entregues é de R\$ 1.675,58 (dezembro 2022 - R\$ 1.796,98).

Em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, o Banco registrou de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o semestre findo em 30 de junho de 2023, foi registrado uma despesa de R\$ 11.531 (junho 2022 - R\$ 16.532) referentes a amortização dos prêmios em ações.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão no Passivo.

Adicionalmente, no semestre findo em 30 de junho de 2023, o Banco registrou uma despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 2.928 (junho 2022 - R\$ 4.347).

Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 42.345 (dezembro de 2022 - R\$ 71.273). Em 30 de junho de 2023 a provisão de encargos sociais é de R\$ 14.128 (dezembro de 2022 - R\$ 25.985).

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Passivos contingentes e obrigações legais

• Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível

Em 30 de junho de 2023, o Banco figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 30 de junho de 2023, as contingências trabalhistas classificadas como risco de perda provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, montam em R\$ 1.204 (dezembro 2022 – R\$ 1.157).

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não existem contingências trabalhistas classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução das ações.

• Passivos contingentes regulatórios classificados como risco de perda provável e possível

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não existem contingências regulatórias classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução dos processos.

• Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Banco é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 466 (dezembro 2022 – R\$ 452); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes de desmutualização da BOVESPA no valor de R\$ 5.336 (dezembro 2022 – R\$ 5.182); (c) IRPJ relativo aos exercícios de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 10.504 (dezembro 2022 – R\$ 10.167); e (d) IRPJ relativo ao exercício de 2014, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 8.263 (dezembro 2022 – R\$ 7.916), atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 30 de junho de 2023.

b. Cláusula para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Banco tem celebrado com certas contrapartes os Contratos Globais de Derivativos (“CGDs”) que possuem cláusulas de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, conforme alterada. Tais cláusulas estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações de derivativos vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos CGDs contendo cláusulas de compensação é feito na CETIP. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

c. Receitas de prestação de serviço

Em 30 de junho de 2023, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Rendas de serviços prestados a ligadas (1)	186.499	230.676
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica (2)	21.619	106.939
Rendas de comissões de colocação de títulos	7.546	7.539
Rendas de gestão de fundos de investimentos (3)	6.386	5.677
Total	<u>222.050</u>	<u>350.831</u>

1. Referem-se a receitas com taxa de *clearing* e rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas a partes relacionadas.
2. Referem-se a rendas de serviços prestados a terceiros.
3. Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas.

d. Benefícios a empregados e despesas de remuneração da Diretoria

Em 30 de junho de 2023, benefícios de curto prazo a empregados e despesas de remuneração da Diretoria referem-se a:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Proventos	150.181	185.214
Encargos	27.158	26.026
Benefícios e treinamentos	16.809	16.751
Total	<u>194.148</u>	<u>227.991</u>

Conforme Resolução CMN nº 4.877/20, que dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o semestre findo em 30 de junho de 2023.

e. Outras despesas administrativas

Em 30 de junho de 2023, outras despesas administrativas referem-se a:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Serviços do sistema financeiro (1)	35.751	31.115
Processamento de dados	9.681	8.118
Aluguel	9.601	6.634
Serviços técnicos especializados (2)	6.070	4.145
Serviços de terceiros	3.519	3.393
Depreciação e amortização	3.325	5.511
Viagens	2.770	2.283
Materiais, manutenção e conservação de bens	2.197	3.759
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	2.038	3.098
Seguros, vigilância e segurança	1.916	1.959
Promoções e relações públicas	1.521	816
Outras despesas administrativas	4.675	5.789
Total	<u>83.064</u>	<u>76.620</u>

- Em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, serviços do sistema financeiro incluem comissões por indicação (“*referral fees*”) e comissões de distribuição de Certificados de Operações Estruturadas (“COE”) emitidos pelo Banco.
- Em 30 de junho de 2023, serviços técnicos especializados incluem serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira, contratados com partes relacionadas, no valor de R\$ 2.724 (junho 2022 – R\$ 1.656).

f. Despesas tributárias

Em 30 de junho de 2023, despesas tributárias referem-se a:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Despesas de contribuição ao PIS/COFINS	24.174	22.051
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	11.091	17.647
Outras contribuições	1.639	2.117
Despesas tributárias – IOF	384	253
Total	<u>37.288</u>	<u>42.068</u>

g. Outras receitas/(despesas) operacionais

Referem-se, substancialmente, a receita com créditos a receber com característica de concessão de crédito no valor de R\$ 622 (junho 2022 - zero), despesas de variação cambial sobre saldos registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 8.253 (junho 2022 - R\$ 10.685) e reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante R\$ 6.220 (junho 2022 – R\$ 9.502).

h. Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no “Instrumento Particular de Aluguel de Ativos”, firmado na data de 28 de junho de 2013, e (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito no “Instrumento Particular de Sublocação para fins não Residenciais”, firmado na data de 04 de fevereiro de 2013, ambos entre o Banco e a Corretora, no montante de R\$ 1.471 (junho 2022 - R\$ 1.134).

i. Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. Considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o Banco apresenta a totalidade de seu resultado segregado como recorrente, no montante de R\$ 26.965 (junho 2022 – R\$ 108.638).

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as normas contábeis aplicadas às Instituições financeiras, a conversão de transações denominadas em moedas estrangeiras para a moeda nacional foi efetuada utilizando-se a taxa PTAX divulgada pelo BACEN, enquanto os demais instrumentos financeiros eram convertidos pela taxa Spot interna utilizada para apuração dos seus devidos valores de mercado. Em função do descasamento entre as taxas Spot vs. PTAX na contabilidade, no último dia útil do exercício fiscal de 2022, o Banco auferiu resultado positivo em função do descasamento de variação cambial, no valor de R\$ 179.164, antes da tributação sobre o lucro e participações em função do descasamento entre as taxas Spot vs. PTAX na contabilidade (Spot interna da Goldman Sachs: 5,28853 e PTAX: 5,2177). Como o resultado é temporário, a sua reversão foi registrada na liquidação das operações denominadas em dólar ao longo do mês de janeiro de 2023.

A partir da data base 01 de janeiro de 2023 o Banco adotou a faculdade prevista no Artigo 5º da Resolução CMN nº 4.924/21 que permite a utilização de taxa de câmbio à vista (“SPOT B3”) diferente da informada pelo BACEN (“PTAX”) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, uma vez que a utilização atende às finalidades definidas na norma e cumpre as demais exigências que foram determinadas pelo regulador.

Distorções dessa natureza ocorrem todos os meses. Contudo, devido ao tamanho da exposição ao final do exercício de 2022, o impacto foi significativamente maior do que em outros meses do exercício encerrado em dezembro de 2022 e em exercícios anteriores.

19. LIMITES OPERACIONAIS**Índice de Basileia e de imobilização**

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 30 de junho de 2023, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial é de 18,29% (dezembro 2022 – 17,72%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 2.879.352 (dezembro 2022 - R\$ 2.845.230).

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2023 é de 0,84% (dezembro 2022 – 0,89%).

DIRETORIA

André dos Santos Mendonça
Carlos Alberto R. Loureiro Júnior
Juliano Meira Campos Arruda
Kathia Aparecida Autuori
Leorem Carneiro de Oliveira

Paula Penna Moreira
Ricardo Donisete Stabile
Ricardo Genis Mourão
Ricardo Henrique Tardelli Bellissi
Sílvia Regina C. Valente

CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldivieso
CRC 1SP240271/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA**Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Notas 3(c) e 8 (d))**

O Banco atua de forma significativa no mercado de derivativos, tais operações são mensuradas ao valor justo, para as quais os preços, indexadores e parâmetros são observáveis no mercado, com a utilização de modelos internos de precificação.

Mantivemos essa uma área de foco de auditoria devido ao uso de modelos internos de mensuração do valor justo que poderiam produzir variações no valor justo diferentes daquelas estimadas pela administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados no processo de mensuração a valor justo dos instrumentos derivativos.

Nossos procedimentos também consideraram a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas, verificação de dados das operações com a posição de custódia e, em base amostral, a verificação dos contratos para obter o conforto sobre a acuracidade dos dados das operações considerados no cálculo do valor justo.

Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros

derivativos, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros. Reperformamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com as melhores práticas de mercado e analisamos a consistência das metodologias e premissas com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado (“Comitê”) tem por finalidade auxiliar as diretorias do Banco e da Corretora no que diz respeito à avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e da auditoria independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente do Conglomerado, dentre outras atribuições. O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por cinco membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê no âmbito de suas atribuições para o semestre findo em 30 de junho de 2022, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e da auditoria independente e interna do Conglomerado; (b) a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e da Corretora. Para assegurar a efetividade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, tendo concluído que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram adequados e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê considera que as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2023 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento das normas editadas pelo BACEN.

São Paulo, 28 de agosto de 2023